

RESENHA

DARDER, Antonia. *Cultura e poder na sala de aula: Bases educativas para a escolarização de estudantes biculturais*. Tradução da Edições Pedagogo. Ramada, Edições Pedagogo, 2015, 392 p.

Maria Alfredo Moreira¹

Recebido em: 17/11/2016 - Aceito em: 17/11/2016

Tal como nos recorda Torres Santomé (2011), o séc. XX foi o século dos grandes avanços nos Direitos Humanos a nível mundial: foi o século do reconhecimento dos direitos das crianças, da mulher, das minorias... foi o século das revoluções científica, tecnológica, ecológica, nas comunicações, nos sistemas educativos, entre outros; todavia, continuamos, no dealbar do séc. XXI, com níveis de pobreza e de exclusão social escandalosos, enquanto o fosso entre os ricos e os pobres se agudiza cada vez mais e a sociedade se torna cada vez mais desigual (segundo organizações com agendas tão díspares como a Oxfam e a OCDE, aproximamo-nos de uma situação em que 1% da população detêm 50% da riqueza mundial...).

O impacto das políticas neoliberais no desmantelamento do Estado Social (*Welfare State*) nas nações ocidentais a que assistimos hoje em dia, com o conseqüente ataque à escola pública e drenagem sucudenta do seu financiamento, tem efeitos particularmente perversos na educação de determinados grupos. As crianças pobres, de raças/etnias minoritárias e com antecedentes migratórios correm mais riscos de exclusão social, de frequentar escolas segregadas, de serem rotuladas como tendo necessidades especiais, de apresentar piores resultados escolares e maiores riscos de abandono escolar (WILKIN ET AL., 2011; KRASZEWSKA, 2011).

A obra *Cultura e poder na sala de aula. Bases educativas para a escolarização de estudantes biculturais*, de Antonia Darder, denuncia, de um modo corajoso e descomprometido, a situação destas crianças (com ênfase nos EUA), escalpelizando as bases estruturais que explicam a sua situação de exclusão do direito a uma educação progressista, democrática, inclusiva, valorizadora da diversidade, emancipadora e transformadora.

Constituído por sete capítulos, três prefácios (de Donaldo Macedo, Sonia Nieto e da própria autora) e um epílogo de Paulo Freire, esta é uma obra de fôlego. A autora começa por caracterizar a situação das crianças biculturais nos EUA (no primeiro capítulo, intitulado “O problema com a pedagogia e as práticas tradicionais americanas”), referindo-se bicultural ao processo em que os indivíduos aprendem a funcionar em dois ambientes socioculturais diferentes – o da sua cultura principal e o da cultura da corrente dominante da sociedade em que vivem” (DARDER, 2015, p. 94), mas que é um processo de “inculturação diferente do dos estudantes monoculturais euroamericanos com recursos económicos” (DARDER, 2015, p. 25). Estas crianças encontram-se numa situação de gritante desigualdade, graças aos valores e práticas sociais, educativos e culturais vigentes na sociedade e escolas americanas, fundamentalmente conservadores, positivistas, racistas, e eurocêntricos, e que têm servido para *culpabilizar a vítima* pelo seu insucesso e segregação, e não as instituições e estruturas sociais e educativas, ou a relação entre a escola e a sociedade. Adicionalmente, as práticas educativas vigentes nas escolas públicas americanas “utilizam uma combinação de meritocracia, testes à inteligência, agrupamento por identificação e competências e expectativas dos professores e o currículo para perpetuar a desigualdade” (DARDER, 2015, p. 45) e que servem para beneficiar aqueles estudantes que já

¹ Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho. E-mail: malfredo@ie.uminho.pt, ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0699-1197>.

trazem mais vantagens quando entram na escola, em função de um estatuto social mais elevado e pertença a grupos sociais mais poderosos.

No segundo capítulo, “O elo entre cultura e poder”, a autora evidencia a prevalência social de um discurso positivista e conservador, que oculta a questão do poder e a sua relação com o que é considerado verdade cultural, e o modo como os regimes de verdade, oriundos dos diferentes grupos culturais, são impostos nas escolas e na sociedade em geral. Assim, advoga uma perspectiva dialética, de modo a desocultar o modo como a cultura dominante marginaliza e oprime as culturas subordinadas, invalidando os seus saberes, valores culturais, património, língua, experiência, etc. Ao serviço da fabricação de uma consciência colectiva, de um senso comum que produz subordinação social e cultural, encontram-se mecanismos ideológicos de natureza hegemónica que perpetuam as desigualdades nas escolas e que, sistematicamente, privilegiam os estudantes da cultura dominante, em detrimento dos da classe trabalhadora das culturas subordinadas. Um modo importante de a cultura dominante impor a sua hegemonia é fazendo desaparecer a língua destes estudantes, conseguindo, assim, melhor “invadir culturalmente” e colonizar as cosmovisões dos grupos subordinados. Neste processo de colonização, o racismo prevalecente, enquanto “fenómeno estrutural associado ao poder e ao controlo institucionais” (DARDER, 2015, p. 83) desempenha o seu papel através dos preconceitos e estereótipos que são usados para perpetuar a iniquidade presente, por exemplo, nas expectativas dos professores bem intencionados que esperam que estes estudantes se integrem e assimilem a cultura e os valores dominantes para serem bem sucedidos nas escolas.

O capítulo três, intitulado “Uma teoria crítica da democracia cultural” parte das análises feitas no capítulo precedente, sobre cultura e poder, para avançar para a teorização de um ambiente pedagógico genuinamente democrático que garanta a voz e o empoderamento dos estudantes biculturais pela completa integração das suas culturas. Entendido como “processo em que os indivíduos aprendem a funcionar em dois ambientes socioculturais distintos” (DARDER, 2015, p. 94), a autora advoga um conceito de biculturalismo assente na *negociação cultural*, que vá além da experiência de sobrevivência ao controlo hegemónico e à subordinação cultural, e que garanta a estes estudantes o funcionamento eficaz e produtivo na cultura dominante, sem perder a sua identidade e cultura de origem. Para isto há que desenvolver nas escolas uma filosofia de democracia cultural crítica, uma filosofia que assegure o direito deste estudante à sua voz, ao seu empoderamento e que contrarie as experiências de desigualdade de poder, de subordinação social e cultural e de controlo tecnocrático a que estes estudantes são sujeitos. Para o desenvolvimento dessa teoria (e prática) democrática cultural, Antonia Darder apela à humildade e respeito dos educadores (brancos) que educam estes alunos, no sentido do reconhecimento das suas limitações e preconceitos e do modo como estes afetam negativamente as experiências educativas destes estudantes.

O capítulo quatro, “Testes, desigualdade e o cérebro” constitui um grito de indignação contra o modo com algumas práticas, ditas de investigação, que têm contribuído para a perpetuação das desigualdades sociais e educativas de determinadas minorias étnicas, a coberto de suposta inferioridade genética, anatómica e fisiológica destas face à maioria branca. A tradição psicométrica da avaliação tem sido largamente responsável pela legitimação acrítica de instrumentos como os testes standardizados e de inteligência, porque supostamente científicos, objetivos, rigorosos e universais. Assim se tem mantido a escolarização refém da economia, quando se usam os resultados destes testes para tomar decisões sobre o financiamento das escolas, moldar currículos e controlar o trabalho dos professores. Nada se diz sobre o modo como estes testes e avaliações utilizam conceitos e linguagens do domínio cultural da classe dominante; nada se diz ainda do modo como se organiza a pedagogia e as salas de aula para *ensinar para o teste*, limitando severamente a diversidade e amplitude das experiências de aprendizagem a que todas as crianças, mas as biculturais de classes trabalhadoras em particular, têm o direito (democrático) de vivenciar. E é apoiando-se em mais recentes investigações no âmbito do

funcionamento do cérebro relação com a aprendizagem que a autora argumenta a favor de uma pedagogia cultural e linguisticamente relevante para estas crianças. Como escreve a autora, “em vez de estudantes de «alto risco», deveríamos estar mais preocupados com as instituições de «alto risco»” (DARDER, 2015, p. 142), quando os ambientes educativos favorecem a vivência de situações de racismo, preconceito, e incompreensão, em vez de se organizarem para garantir que o potencial humano destas crianças seja explorado no máximo da sua capacidade inata.

No capítulo cinco, “A base para uma pedagogia bicultural crítica”, a autora entra nas salas de aula para analisar a estrutura pedagógica tradicional que tem servido para limitar o potencial humano e desenvolvimento da voz dos estudantes biculturais. O papel da escola na perpetuação das desigualdades existentes deve ser sujeito a análise, em particular nos modos como o currículo veicula versões culturais dominantes, raramente questionadas, sobre o que constitui verdade e conhecimento e no modo como determinadas versões históricas se tornam dominantes, à custa da exclusão de outras, habitualmente das histórias das mulheres, das minorias étnicas, das classes trabalhadoras, entre muitas outras. Uma abordagem pedagógica crítica desvela o modo como operam as ideologias teóricas e práticas hegemónicas na produção do senso comum que levam a que os grupos subordinados aceitem e até defendam a sua posição de subordinação. Na educação destes estudantes Antonia Darder defende uma teoria dialética da educação, que vê as escolas simultaneamente como locais de opressão e de empoderamento, uma teoria que ajuda a rejeitar as representações tradicionais hegemónicas da realidade e de senso comum que perpetuam as desigualdades nas escolas. A sua proposta inclui o desenvolvimento de uma teoria da resistência que ajude a compreender porque motivo os grupos subordinados fracassam regularmente e porque razão os atos de oposição e de rebeldia são, no fundo, atos de resistência a formas educativas que degradam e desumanizam.

No capítulo seis, “Criar as condições necessárias para uma democracia cultural na sala de aula”, a autora continua a desenvolver o modo como as salas de aula e o trabalho dos professores se devem organizar para assegurar o sucesso educativo dos estudantes biculturais. Desde logo, a análise crítica dos materiais curriculares, das formas de avaliação, de técnicas e estratégias conservadoras e de ambientes relacionais rígidos e formais, mas sem esquecer o papel das línguas dos estudantes e a sua valorização e incorporação no trabalho pedagógico, conferindo-lhes um estatuto de dignidade e respeito. Aliada à questão da língua, está a questão da linguagem e do papel da teoria na análise das condições estruturais e materiais da aprendizagem. Na desconstrução crítica dos modos como o poder opera nas e pelas estruturas sociais e educativas, há que ultrapassar a expressão quase exclusiva através de linguagem da prática – “uma linguagem extremamente pragmática que está sobretudo enraizada em conceitos de senso-comum e em experiências concretas” (DARDER, 2015, p. 184). Pelo contrário, a linguagem da teoria, sendo “uma linguagem crítica de análise social que é produzida por meio de iniciativas humanas no sentido de se compreender como é que os indivíduos refletem e interpretam as suas experiências e, conseqüentemente, como é que eles moldam e são moldados pelo seu mundo” (DARDER, 2015, p. 185), ajuda os estudantes biculturais a desenvolver uma consciência crítica, necessária para compreender o modo como operam as ideologias hegemónicas de senso comum, nomeadamente, na produção de linguagens que definem o que é justo, verdadeiro, igual, meritório, superior e inteligente. No que diz respeito aos professores, estes devem esforçar-se por conhecer melhor as comunidades onde vivem estes alunos, serem mais críticos na análise dos currículos e das atividades (ditas multiculturais), mas, sobretudo, ter a coragem, boa vontade e honestidade para desafiar respostas racistas à diferença, promover o diálogo crítico e a integração das histórias de vida e biografias destes alunos na sua pedagogia, e assegurar a efetiva participação democrática (e a das suas famílias) na vida da escola.

O sétimo capítulo é o mais extenso do livro. Intitulado “Forjar uma práxis bicultural crítica: Histórias do campo”, é dedicado a dar voz a 14 educadores biculturais que foram inspirados pelo trabalho da autora (e por este livro na sua 1ª edição de 1991 nos EUA). Estes educadores

explicitam o modo como desenvolveram uma teoria e uma prática biculturais críticas, analisando as suas biografias e o modo como o pensamento de Darder transformou o modo como trabalham com crianças, jovens, e adultos em situações educativas formais e não formais.

Embora a sua análise incida na realidade americana, o retrato que Antonia Darder faz das escolas (públicas), no que respeita aos valores e práticas vigentes na educação dos estudantes biculturais, infelizmente, traduz outras realidades internacionais. Em todo o lado as minorias etnolinguísticas pobres continuam a ser sujeitas a processos de “genocídio linguístico” (SKUTNABB-KANGAS, 2014) que, aliados a condições estruturais de pobreza e exclusão aliadas à cor da pele, as tornam as principais vítimas do *school-to-prison pipeline* (GIROUX, 2015); são “os filhos dos outros” (DELPIT, 2006) que não necessitam mais do que “professores suficientemente bons” (ZEICHNER, 2014) para a tarefa de deglutir um currículo prescrito que é regurgitado em testes estandardizados.

Todavia, e como qualquer obra de desconstrução crítica das condições estruturais de opressão social e subordinação educativa, que combina linhas de argumentação dos estudos multiculturais, de raça, e de classe, a autora exclui da sua análise aquilo que poderíamos apelidar de “boas práticas” neste campo: as práticas transformadoras da escolarização das crianças bilingues e biculturais, presentes no trabalho de muitos autores (veja-se SKUTNABB-KANGAS ET AL., 2009, para exemplos destas práticas a nível mundial). Embora seja claro para o/a leitor/a que a intencionalidade da autora é de desvelar as iniquidades e as injustiças a que este/as estudantes são sujeito/as, apresentando argumentos teóricos e empíricos substanciais, o reconhecimento de que existem práticas transformadoras no terreno que trabalham no sentido de uma maior justiça social e cognitiva, seria essencial para conferir um maior equilíbrio a esta obra. Não obstante, trata-se de uma obra de leitura obrigatória para quem se intitula educador/a e está comprometido/a com uma educação que inclua todas as crianças e jovens, uma educação que seja verdadeiramente democrática e emancipadora.

REFERÊNCIAS

DELPIT, Lisa. *Other people's children: cultural conflict in the classroom*. New York and London: The New Press, 2006.

GIROUX, Henri. *Education and the crisis of public values: challenging the assault on teachers, students, and public education*. 2nd edition. New York: Peter Lang, 2015.

KRASZEWSKA, Katarzyna (em colaboração com Bettina Knauth e David Thorogood). *Indicators of Immigrant Integration - A Pilot Study*. Eurostat, European Commission. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011. doi: 10.2785/13779.

SKUTNABB-KANGAS, Tove; PHILLIPSON, Robert; MOHANTY, Ajit; PANDA, Minati (eds.). **Social justice through multilingual education**. Bristol: Multilingual Matters, 2009.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. Educação através da língua dominante ou educação multilingue baseada na língua materna: Direitos Humanos Linguísticos e justiça social. In: MOREIRA, Maria Alfredo; ZEICHNER, Ken (orgs.). *“Filhos de um Deus Menor”: Diversidade linguística e justiça social na formação de professores*. Mangualde: Pedago, 2014.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *La justicia curricular. El caballo de Troya de la cultura escolar*. Madrid: Morata, 2011.

ZEICHNER, Ken. Formação de professores para a justiça social. In: MOREIRA, Maria Alfredo; ZEICHNER, Ken (orgs.). *“Filhos de um Deus Menor”: Diversidade linguística e justiça social na formação de professores*. Mangualde: Pedago, 2014.